

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.578 - SP (2019/0272622-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : R DE O J**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADRIANO LINO MENDONÇA - DEFENSOR PÚBLICO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RECORRIDO : RUMO MALHA PAULISTA S.A - ASSISTENTE DE**  
**ACUSAÇÃO**  
**ADVOGADOS : GILSON BONATO - PR020589**  
**RONALDO DOS SANTOS COSTA - PR039877**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, IV c/c art. 14, II, ambos do Código Penal (furto qualificado tentado), à pena pecuniária de 07 (sete) dias-multa.

Irresignados, defesa e acusação interpuseram recurso de apelação. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa e deu provimento ao apelo ministerial para condenar o recorrente pela prática do delito do art. 244-B da Lei Federal n. 8.069/90 (corrupção de menores), além de majorar a pena para 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 06 (seis) dias-multa.

O acórdão restou assim ementado:

*APELAÇÕES CRIMINAIS PRETENSÃO MINISTERIAL DE CONDENAÇÃO DO ACUSADO TAMBÉM PELA PRÁTICA DO DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENOR. TESE SUPLETIVA DE AFASTAMENTO DO PRIVILÉGIO RECONHECIDO, COM A MODIFICAÇÃO DA REPRIMENDA APLICADA.*

*PEDIDO DEFENSIVO PRELIMINAR DE RECONHECIMENTO DA NULIDADE DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DE FL. 09. NO MÉRITO, ALEGAÇÃO DE QUE O RÉU DEVE SER ABSOLVIDO, POR INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, OU PELO RECONHECIMENTO DO CRIME IMPOSSÍVEL. PLEITO SUBSIDIÁRIO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.*

*CONDENAÇÃO ESTRIBADA NO ART. 155, § 4º, IV, E § 2º, C.C. O ART. 14, II, AMBOS DO CP. ABSOLVIÇÃO QUANTO A*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART. 244-B, DA LEI N 8.069/90, NOS TERMOS DO ART. 386, VII, DO CPP.*

*QUESTÃO PRELIMINAR DEFENSIVA REJEITADA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL.*

*CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO A INCRIMINAR O ACUSADO NA FORMA RECEPCIONADA NO ÉDITO MONOCRÁTICO, COMO TAMBÉM PELO COMETIMENTO DO DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENOR.*

*CASO QUE COMPORTA, AINDA, ALTERAÇÃO DA PENA APLICADA, AFASTANDO-SE O INDEVIDO PRIVILÉGIO RECONHECIDO.*

*TESES DEFENSIVAS QUE NÃO VINGAM, POR CARECEREM DE SUPORTE LEGAL.*

*Questão preliminar rejeitada, e no mérito, recurso defensivo desprovido, e ministerial integralmente provido, com determinação.*

Na petição de recurso especial, a defesa aponta violação ao disposto nos arts. 159 e 386, III, ambos do Código de Processo Penal e arts. 1º, 13, 155, caput e § 2º, todos do Código Penal. Sustenta, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância e, subsidiariamente, a nulidade do laudo de avaliação dos objetos furtados, o afastamento dos maus antecedentes e a aplicação da forma privilegiada do furto.

Contrarrazões às fls. 258/267 e 270/281.

Admitido o recurso (fls. 285/286), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo desprovido do recurso (fls. 295/300).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

De início, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a prática do delito de furto qualificado pelo concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância.

Nesse sentido:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. CONTINUIDADE DELITIVA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. "A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por escalada,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***arrombamento ou rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância"* (HC 351.207/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/6/2016, DJe 1/8/2016). 2. Além disso, a prática dos crimes se deu na forma do art. 71 do Código Penal, o que também impede a aplicação do referido benefício. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1272319/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 10/10/2018).**

O laudo de avaliação para definição do valor da *res furtiva* não se trata de perícia imprescindível para comprovação da materialidade delitiva ou reconhecimento de qualificadora do crime de furto. Assim, a falta de conhecimento técnico dos peritos não configura nulidade processual.

A propósito:

**CONSTITUCIONAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. FURTO. INIDONEIDADE DO LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA. IDONEIDADE. INSIGNIFICÂNCIA. VALOR DA COISA SUPERIOR A 10% (DEZ POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO. RELEVANTE LESÃO AO BEM JURÍDICO. INAPLICABILIDADE DO ART. 155, § 2º. RES FURTIVAE DE ELEVADO VALOR. WRIT NÃO CONHECIDO.**

(...)

***2. No que tange à alegada inidoneidade do laudo de avaliação indireta realizado, consoante dispôs o acórdão recorrido (e-STJ, fls. 174-175), a perícia foi realizada por perita investida no cargo de Perito Criminal, o que faz presumir sua formação superior para assumir o cargo público. Além disso, a avaliação indireta do bem satisfaz o disposto no art. 158 do Código de Processo Penal, não havendo falar em nulidade, por não se tratar de perícia imprescindível para comprovação da materialidade delitiva ou, ainda, para o reconhecimento de qualificadora objetiva do crime de furto, prestando-se tão somente para a definição do valor monetário do objeto do crime.***

(...)

***6. Habeas Corpus não conhecido. (HC 379.062/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)***

O Tribunal de origem reconheceu os maus antecedentes do recorrente, mediante fundamentação que ora se destaca (fls. 217/218):

# *Superior Tribunal de Justiça*

*No tocante ao crime de furto qualificado, é de se ressaltar que embora do acerto com que o Parquet se referiu aos maus antecedentes do acusado, que ostenta condenação por fatos anteriores, mas com trânsito em julgado posterior aos analisados na presente ação (certidão de fl. 99), o que bem justifica a exasperação das reprimendas básicas em 1/6, nota-se que foi indevidamente reconhecida a circunstância atenuante da confissão espontânea pela MMª. Juíza, a fl. 139, em que pese a parcial, ou editada, em que o réu agrega a ela tese defensiva, como se deu no caso vertente, que não se presta ao reconhecimento da aludida atenuante, não havendo insurgência ministerial quanto ao tema, daí porque, respeitados os limites do recurso interposto, devem as penas retornar aos patamares mínimos, para, na derradeira fase, serem reduzidas em 1/3, pela tentativa, diante do considerável iter criminis percorrido, resultando, assim, em um ano e quatro meses de reclusão, mais o pagamento de seis dias-multa.*

Esta Corte tem entendimento reiterado de que a condenação definitiva por fato anterior ao crime descrito na denúncia, mas com trânsito em julgado posterior à data do ilícito penal, ainda que não sirva para configurar reincidência, pode caracterizar maus antecedentes, pois diz respeito ao histórico do acusado (REsp 1711015/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 31/08/2018).

Assim, mantêm-se os maus antecedentes do recorrente.

Por fim, o Tribunal de origem negou a aplicação do privilégio do § 2º do art. 155 do CP, em razão do valor da *res furtiva* ser superior a 01 (um) salário mínimo vigente à época dos fatos, conforme trecho do acórdão recorrido (fl. 211):

*Demais, para casos em que o valor da res furtivae é de pequena monta, e o réu é primário, prevê o § 2º, do artigo 155, do Código Penal, a figura do furto privilegiado, ao qual o acusado sequer faz jus, vez que, conforme o auto de avaliação de fl. 09, os bens subtraídos perfazem o montante total de R\$ 1.385,00, que equívale a valor bem superior ao do salário mínimo nacional vigente à época dos fatos (de R\$ 880,00), o que, por si só, já impede a incidência desse benefício indevidamente recepcionado na decisão monocrática.*

O entendimento da Corte de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte que é firme no sentido de que "Para o reconhecimento do crime de furto privilegiado - direito subjetivo do réu -, a norma penal exige a conjugação de dois requisitos objetivos, consubstanciados na primariedade e no pequeno valor da coisa furtada que, na linha do entendimento pacificado neste Superior

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Tribunal de Justiça, não deve ultrapassar o valor do salário-mínimo vigente à época dos fatos* (AgRg no REsp 1785985/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 09/09/2019).

Ressalta-se que *"É indiferente que o bem furtado tenha sido restituído à vítima, pois o critério legal para o reconhecimento do privilégio é somente o pequeno valor da coisa furtada"* (AgRg no REsp 1785985/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 09/09/2019).

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator